

# Um Capítulo na Sociologia do Negro – Historiografia da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo<sup>1</sup>

Nanci Valadares de Carvalho

Em termos de história do pensamento nas ciências sociais, o tema do negro representa uma verdadeira ruptura teórica. Foi Donald Pierson (1942) quem depois do seu *Negroes in Bahia* lançou toda uma geração de sociólogos em São Paulo e impulsionou a formação do cientista social por uma valorização dos procedimentos indutivo-dedutivos na análise dos fatos sociais em todo o resto do Brasil.

Consta a notícia da próxima fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, no convite datilografado, expedido pelo empresário, economista e escritor original, Roberto Simonsen e endereçado a Tácito de Almeida, advogado e futuro professor de Ciência Política, encontro marcado com pauta explícita para o dia 23 de maio de 1933 no Salão do Automóvel Club de São Paulo.

A Escola Livre levava no seu nome a expressão do destino manifesto de introduzir a Sociologia Científica no Brasil como uma resposta aos anseios da elite paulista que buscava no veio do modernismo formar quadros capazes de perfilarem-se na política nacional pela expressão do talento, uma vez derrotada a via de confronto da Revolta de 1932.

Parece certo que a Sociologia surgia para a elite paulista como aquele instrumento inspirador ainda que pouco dela fosse ali conhecido. E mesmo no resto do Brasil se havia uma tradição literária sólida e relevante que tratasse dos conteúdos sociológicos e políticos eram faltos os métodos e as técnicas recentemente empregados nos Estados Unidos e na Europa. Em decorrência dessa carência iniciou-se a contratação de professores estrangeiros como Herbert Baldus, orientador da tese de Florestan Fernandes na Escola Livre, os estatísticos Horace Davies e Samuel H. Lowrie, ex-funcionário da Organização Internacional do Trabalho, autor das apostilhas dos primeiros cursos acadêmicos de Sociologia e de Ciência Política, Charles Wagley com seus estudos de comunidades e Donald Pierson, oriundo da tradição empiricista da Universidade de Chicago entre outros.

Segundo Pierson a Sociologia, que deveria dissociar-se de conteúdos normativos e especulativos, guardaria para si ao mesmo tempo os temas tratados pela Antropologia Social mediante o emprego da pesquisa sistemática de campo com ampla utilização de questionários e entrevistas; a observação participante e a etnografia.

Abraçado a essa visão Donald Pierson empreende o deslocamento do tratamento antropológico do chamado "problema do negro". Sob esta denominação verificava-se uma indiferenciação gerada pela globalidade dos conceitos amplos suficientemente para juntarem muitos continentes, numa perspectiva cultural trans-histórica. Da ênfase às culturas negras estudadas comparativamente entre diversos países, a questão passa a ser vista então sob a ótica das relações raciais entre negros, brancos e mulatos no Brasil. Ressalta-se então das análises sociológicas de Pierson o negro visto como objeto das tradições africanas no Brasil tornando-se receptáculo da crítica histórica e positiva. Tal deslocamento facilitou o desenvolvimento das pesquisas empíricas<sup>8</sup> bem como afirmou a exigência crítica por um comportamento objetivo na observação dos fenômenos concernentes.

No âmbito do nosso interesse, a Sociologia do Negro segundo a Escola Livre de

Sociologia e Política fundamentou-se em técnica e metodologia. Anteriormente, a questão racial havia sido estudada em vários setores em São Paulo, como por exemplo, Alfredo Ellis Jr., que segundo nos reporta um crítico da época, "não morre de amores pelo negro, como ainda procura desfazer os serviços que recebemos da infeliz raça, que o Brasil de hoje reconhece ser credora de nossa gratidão pelo muito que aqui fez e pelas tradições que nos legou no folclore, na música, na culinária, no idioma etc. que não podemos subestimar" (PÁDUA, 1941, p. 202).

Alfredo Ellis Jr. (1934 e 1936) apontou para o processo de branqueamento dos descendentes dos africanos no Brasil, devido ao "vigor" da "raça" branca. Separou os componentes raciais e nacionais da população paulistana, além de estudar os matrimônios inter-raciais entre estrangeiros e naturais de São Paulo.

Num outro sentido trabalharam Sérgio Milliet (s/d) estudando a distribuição da população negra, ao longo do Roteiro do Café; Dacio Aranha de A. Campos (1939) e Samuel H. Lowrie (1938).

Nos estudos demográficos de Lowrie surge uma verdadeira descoberta. Não obstante a observação contrária de outros autores como do literato Cassiano Ricardo (1938) a população negra que fora apenas residual nos primeiros anos da colônia, cresce significativamente a partir de 1830, com a transplantação do café para declinar de forma estatisticamente inexplicável de 1872 (época do pico) a 1886: de 43% de mulatos e negros que havia em 1872 para 29% em 1890 e apenas 24% em 1886 (1937). Há que se notar que a absorção de escravos negros em São Paulo foi pequena se compara da com o total da população escrava do Brasil estimada por Silvio Romero em doze (12) milhões de indivíduos de origem africana e em quinze (15) milhões pelo historiador Rocha Pombo.

A partir de 1920 surge também uma tendência para a concentração destas populações nos grandes centros urbanos. Lowrie conclui que "quanto aos dados relativos à população negra e mulata do Brasil, um fato aparece absolutamente claro: a avaliação da porcentagem desses elementos tende sempre a ser inferior à realidade.

O preconceito contra os negros, ou se preferirem, o grande prestígio que possui a raça branca, favorece o seu exagero. O negro, em geral quer ser classificado como mulato. "Este por sua vez deseja ser considerado branco" (LOWRIE, 1937, pp. 195-211).

Por ter verificado que historicamente em São Paulo, as "classes" altas e baixas associavam-se segundo a linha de cor, discordou abertamente de Gilberto Freyre (1936) na adoção da mestiçagem como qualitativo racial do brasileiro<sup>9</sup>. Mas considerava que todos estes "tais estudos revelam desacordo sensível, principalmente nos que tratam do negro sob o prisma antropológico" (PÁDUA, 1941, p. 202).

Alfredo Ellis Jr. (1934 e 1936) apontou para o processo de branqueamento dos descendentes dos africanos no Brasil, devido ao "vigor" da "raça" branca. Separou os componentes raciais e nacionais da população paulistana, além de estudar os matrimônios inter-raciais entre estrangeiros e naturais de São Paulo.

Num outro sentido trabalharam Sérgio Milliet (s/d) estudando a distribuição da população negra, ao longo do Roteiro do Café; Dacio Aranha de A. Campos (1939) e Samuel H. Lowrie (1938).

Nos estudos demográficos de Lowrie surge uma verdadeira descoberta. Não obstante a observação contrária de outros autores como do literato Cassiano Ricardo (1938) a população negra que fora apenas residual nos primeiros anos da colônia, cresce significativamente a partir de 1830, com a transplantação do café para declinar de forma estatisticamente inexplicável de 1872 (época do pico) a 1886: de 43% de mulatos e negros que havia em 1872 para 29% em 1890 e apenas 24% em 1886 (1937). Há que se

notar que a absorção de escravos negros em São Paulo foi pequena se compara da com o total da população escrava do Brasil estimada por Silvio Romero em doze (12) milhões de indivíduos de origem africana e em quinze (15) milhões pelo historiador Rocha Pombo.

A partir de 1920 surge também uma tendência para a concentração destas populações nos grandes centros urbanos. Lowrie conclui que "quanto aos dados relativos à população negra e mulata do Brasil, um fato aparece absolutamente claro: a avaliação da porcentagem desses elementos tende sempre a ser inferior à realidade.

O preconceito contra os negros, ou se preferirem, o grande prestígio que possui a raça branca, favorece o seu exagero. O negro, em geral quer ser classificado como mulato. "Este por sua vez deseja ser considerado branco" (LOWRIE, 1937, pp. 195-211).

Por ter verificado que historicamente em São Paulo, as "classes" altas e baixas associavam-se segundo a linha de cor, discordou abertamente de Gilberto Freyre (1936) na adoção da mestiçagem como qualitativo racial do brasileiro. Mas considerava que todos estes "tais estudos revelam desacordo sensível, principalmente nos que tratam do negro sob o prisma antropológico" (PÁDUA, 1941, p. 202).

Observe-se de que maneira as diatribes da Antropologia refletem-se nos estudos sobre o negro no Brasil.

Por volta dos meados dos anos trinta, três antropólogos americanos lançaram um famoso Statement introduzindo os elementos-chaves de um sistema de referências destinado à apreensão da mudança cultural fora do paradigma difusionista prevalecente nas décadas anteriores (REDFIELD, LINTON e HERSKOVITS, 1935, pp.366-370). Os novos conceitos por eles definidos Acomodação, Assimilação, Aculturação presidiram conceitualmente os esforços teóricos sucedâneos, encaminhando-se a partir daí o tratamento dos estudos étnicos também entre nós<sup>10</sup>. Estes senhores foram Robert Redfield, Ralph Linton e Melville J.Herskovits no texto "Memorandum for the Study of Acculturation" logo acima referido.

Muito especialmente Melville Herskovitz (1944; 1943a; 1943b), entre aqueles três autores, influenciaria de maneira peculiar o desenvolvimento do tema do negro no Brasil, aonde com sua esposa Frances, veio para estudá-lo na Bahia. Na tradição de Franz Boas (1953) orientou-se para os estudos de mudança cultural no sentido de torná-los efetivamente científicos, o que se sucederia a partir do momento em que, o cientista social pudesse observar a própria mudança no momento da sua ocorrência e mediante um controle histórico das variáveis. Então, estabelecida a origem dos negros e estudando-se a sua cultura no continente de origem para compará-las com as reminiscências ou sobrevivências africanas, nas diferentes partes do novo mundo, poder-se-ia afirmar qual o grau de estabilidade, dentro dos parâmetros da mudança, dos traços remanescentes e quais as condições adversas à permanência e manutenção dos mesmos sob o jugo da escravidão<sup>11</sup>.

Roger Bastide (1948), explicitamente, assume esta metodologia ao se propor a investigar a prevalência dos signos afro-brasileiros resguardados sob os símbolos europeus. Opõem-se tais estudos às pesquisas sobre o negro na "Bahia, Brasil" conduzidas por Franklin Frazier (1942), ele mesmo um homem de cor. Frazier era também discípulo de Robert Park, que desde a Universidade de Chicago orientava também os estudos raciais de Donald Pierson.

Foi o mesmo Frazier quem ao pesquisar a organização social dos negros na Bahia não encontrou - a não ser isoladamente, a exemplo do candomblé - traços que constituíssem um padrão cultural africano no Brasil. Como evidência, verificou a presença do matriarcado de origem escravocrata na dimensão familiar, desagregação

agravada ainda mais pela imitação do comportamento dos brancos das "classes" baixas, quando o negro, em geral se acasalava sem procedimentos formais.

Herskovitzs ao contrário demonstrava que "o casamento comum" resguardava-se no seu sentido formal e civil, preservando o casamento africano, por meio da "compra da noiva" de acordo com o rito do Candomblé. E por observar o laço íntimo existente entre a mãe e sua progênie negava a presença do matriarcado oriundo da escravidão

Muitas das teses de Frazier difundiram-se largamente entre nós e, apesar do tempo, até hoje permanecem em influência.

Acreditava que em consequência da miscigenação na Bahia e em outras localidades, a nossa população era massivamente constituída de mulatos de vários matizes, e não havendo branco propriamente dito, portanto inexistiria a discriminação racial de tipo biológico.

Igualmente "não se pode discriminar com base na linha de cor" já que todos são de uma forma ou outra, mestiços. Somente com a introdução do branco no sul, pela imigração é que se introduziria o problema da cor, propriamente dita.

Este "problema do negro no Brasil" suscitou o interesse da UNESCO sediada em Paris, que junto a Revista ANHEMBI promoveu sob a direção conjunta de Roger Bastide e Florestan Fernandes, pesquisa intitulada "Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo"<sup>12</sup>. A pesquisa da UNESCO foi estendida a outras capitais do Brasil, como no Rio de Janeiro onde foi realizada por Luiz Costa Pinto apesar dos esforços de Guerreiro Ramos de influenciar essa decisão.

Cumpre-nos introduzir uma observação. Apesar da Sociologia (como qualquer outra disciplina nos seus primórdios) buscar se distinguir das outras ciências sociais, delimitando seu próprio objeto e utilizando-se de procedimentos específicos -- na medida do desenvolvimento da pesquisa empírica e do esforço positivamente orientado pela "observação objetiva" e da aplicação de conceitos ditos "unívocos e permanentes"--nunca logrou eliminar por completo a perspectiva antropológica sobre o "objeto" do negro.

No que respeita questão do negro no Brasil há que se verificar a permanente "antropologização" do tema, que resulta numa nova apropriação do negro pela perspectiva do branco, agora no campo teórico e científico.

É certo que autores brasileiros como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, este em detrimento de sua grande contribuição no campo da Política, ademais de haverem sido campeões da arianização<sup>13</sup> trataram o negro na ótica de uma inferioridade específica, conotando por vezes no caso do desejo de ascensão social, uma espécie de patologia social, que quando muito conduzia ao crime e quando menos ao pernosticismo e ao recalque. Mas estes e outros autores atuavam num campo por assim dizer pré-científico<sup>14</sup>.

O deslocamento da questão desde um indivíduo problematizado até a problematidade do meio de convivência do homem negro foi iniciado por Donald Pierson (1942) pela sua relativização do tema, indicado como situação racial. Mas, permanece aberto ainda hoje, nos dias que correm.

No Brasil hodierno ainda se faz necessário o remetimento aos estudos dos microcosmos no meio social do homem de cor, problematizado igualmente como microcosmo teórico de modo a assim permitir a inclusão de qualquer técnica concernente à resolução dos problemas prático-concretos acarretados pelo meio nos quais atuem.

A ênfase nas relações inter - étnicas entre negros, brancos e mulatos no Brasil ocorreu como "um grande salto para frente", ainda que claramente estejam limitadas pelo sistema de referências vigente desde os "annee tornante", 1930, balizadas pelas

noções de aculturação, "homem marginal", o par conceitual "raça-classe", a categoria ecológica de "área" ou da estrutura social e função (RAMOS, 1957, p. 155).

Importante notar que nos estudos sobre o pensamento de outras épocas, ao pesquisador cabe revivê-las pela observação dos períodos, das obras, ou dos indivíduos na história como se essa fosse a repositória de uma memória de tipo inconsciente, análise para a qual as categorias psicanalíticas bem se aplicam, não sobre os indivíduos, mas sobre a própria história ou sobre a obra, mais que nunca sobre a cultura de um povo.

Assim por exemplo, fatos históricos quando represados na "maioria coletiva" retornam com força redobrada por sobre os séculos, numa não-cronologia de ordem causal.

A questão do tratamento da constituição étnica do povo brasileiro revela um modo de dominação, o qual quando questionado, provoca a reação dos dirigentes, e não raramente a intervenção do Estado.

O tema da raça inclui-se nas questões sociais e no Brasil estas, em geral seguem o padrão cultural da absorção dos conflitos "por cima" e do represamento da memória das vítimas. A Abolição, fato ocorrido depois de longa campanha civilista sob a égide dos líderes de duas raças, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, guardou a memória de uma benesse régia, seguida por um consentimento indolor e pacífico da população em geral. Esta ideologia de adaptação e de pacto preside todas as instâncias de confronto entre grupos diversos no Brasil e determina igualmente o pacto inter-étnico de negros, mulatos e brancos.

Voltemos aos nossos autores da Escola Livre para a verificação das indicações desta dialética entre dominados e dominantes.

Aqui devemos considerar que as relações entre negros, mulatos e brancos no Brasil são regidas pelas mesmas condicionantes sociais gerais que atuam sobre as outras relações sociais.

Indica-se como definitiva para a historiografia da compreensão das relações inter-étnicas no Brasil, a perspectiva sociológica e a intervenção da sociologia alemã, representada por Emilio Willems.

Desde a Escola Livre, Willems (1935) com base em Vierkdant<sup>15</sup> afirma que a autoconsciência individual se liga intimamente à consciência coletiva. Nesta linha compreensiva, o elo entre a auto-imagem e a imagem coletiva constitui-se para ele na pedra angular da abordagem sociológica sobre o problema do negro.

As ilações de Lowrie quanto à mistificação da auto-imagem dos afro-descendentes que engrossavam as estatísticas do contingente de brancos no Brasil, passa agora a ser dimensionada pelo viés da inter-relação entre subjetividades (auto-afirmação individual e percepção coletiva) em Willems;

Em Pierson se trata de definir as condições sociais dos grupos a serem analisados como, por exemplo, o grau de prestígio, a ocupação, os hábitos e as condições de vida, a segregação ou a participação, a miscigenação e as atitudes em relação ao status e as formas culturais. Essa metodologia permite comparar microcosmos, como o lugar do trabalho, a escolarização ou a vizinhança, verificando o lugar social ocupado pelos diferentes indivíduos em relação a sua própria definição de raça ou de cor.

A noção derivada da sociologia americana de "policy", na época traduzida por "ideologia" por Pierson (1942b, p. 292) não corresponderia à sociologia alemã como em Willems ou em Karl Mannheim (1936).

No caso contrário, a introdução da noção de ideologia proporia duas consequências imediatas. Em primeiro lugar por ela, a questão racial abre-se ao campo

do inconsciente (e Willems se utiliza francamente das categorias empregadas por Alfred Adler) atribuindo-se um sentido social às atitudes étnicas. Em segundo lugar compreende-se pela noção de ideologia, uma estrutura de priorização dos sentimentos qual uma "ordem" a presidir as relações entre todos os indivíduos de todas as etnias no Brasil.

Nas pesquisas de Virginia Leone Bicudo, Oracy Nogueira e mais tarde, Octavio Ianni<sup>16</sup> (1958, pp352-365). demonstra-se largamente a presença da identificação de negros e mulatos com os brancos e a "rejeição de si" presente na camada estável representada pelos negros mais pobres.

Desta ordem, deriva-se a atitude racista, a qual se origina no grupo dominante, (no caso das relações inter-étnicas) representada pelo branco, e não no grupo em "mudança social", no mulato, o qual apenas introjeta a atitude dominante.

Indica-se uma estética e uma moral baseada num padrão europeu de cultura em que o designativo branco se equivale às qualidades positivas e idealizadas, enquanto ao negro confere-se um sombrio significado.

Estes significados, invariáveis em relação ao meio, (podendo atuar do mesmo modo na escola, na família, na opinião pública ou no trabalho), tornam-se flexíveis em relação aos indivíduos, que na medida em que se aproximem do ideal branco, condicionam-se como incorporados (PIERSON, 1942c).

Pierson também toca com maestria neste mecanismo de assimilação ou de ascensão "por indivíduos", não por grupos ou coletividade. Por esse mecanismo fica aberto no Brasil o espaço para que o padrão cultural de um grupo possa ser incorporado por outro indivíduo de outro grupo.

Nota-se desse modo uma permissão para certa mudança consentida nas relações sociais, desde que aquilo que esteja valorizado como civilizado, sempre que europeu e ocidental seja mantido como desejado.

No Brasil, o conflito racial admite então uma resolução gradual e controlada por instâncias institucionais seletivas, em geral por meio da escola e da instrução<sup>17</sup>. Mais importante: mantêm-se assim as comportas abertas para que não haja a possibilidade de "derrame" do conflito por todos os compartimentos e patamares da "Formação Social".

Nos limites desse quadro, manifestar-se-ia uma espécie de preconceito, à guisa de uma etiqueta, capaz de distinguir entre os que a exercessem e aqueles que jamais puderam ou quiseram adquiri-la. Resultaria então uma ordem discriminatória classista e não propriamente racial<sup>18</sup>. Dito em bom "sociologuês", a relação entre discriminação e raça não seria direta, mas indireta, dependendo do "status" do negro e do indivíduo de cor; ou se quiserem da sua posição de classe.

A vertente ideológica da análise da questão racial no Brasil resultou nessa dicotomia referencial tida como raça-classe que "malgré soi même" permaneceu atingindo dois alvos num só esforço conservador.

Em primeiro lugar era a senha para a negação dos sentimentos legítimos de conflito racial que, legalmente inadmitidos na tese da Democracia Racial, devem ainda hoje, por via da construção intelectual e cultural, jazer represados.

Ao mesmo tempo, tentava-se impedir por esta ideologia que pela identificação da figura do branco (esta à época, uma relação primária em jogo) com a do padrão, aquele sentimento de no mínimo desconforto do negro em relação ao branco, viesse a se propor como uma consciência de classe.

Em todos os casos essa tese prima pelo imobilismo e pela manutenção do status quo. Ao mirar-se como vítima inelutável da escravidão na figura social do mais pobre e menos qualificado da sociedade industrial, o negro perde a sua única identidade viável - de cidadão e trabalhador de cor -- condição útil e definitiva para assenhorear-se de sua

total problemática.

Se a instrução – esta variável ganha em Pierson um papel espetacular para a mobilidade social -- exerce o poder de transformar o status social de um indivíduo de cor; na situação contrária no caso de sua ausência, justifica o privilégio do dominante pela competência a ele atribuída pelo grau de educação formal.

Quando lutam pelo acesso à educação superior, negros e mulatos e especialmente estes últimos, não estão empregando uma técnica para inclusão mais rápida, menos gradual e consentida, como alguns podem supor, para a penetração nas camadas superiores. Atuam sim dentro dos parâmetros de intercâmbio social prevalecente no Brasil. Por meio da identificação com um valor social estabelecido, no caso a instrução, quando os grupos sociais interagem, modificando ou mantendo a hierarquia presente nas relações entre indivíduos e grupos, cuja situação apresenta-se marcada pela desigualdade.

Deu-se por sabido que na "Democracia Racial Brasileira não se admitindo o conflito inter -étnico, surgia, inexorável, a compreensão de que as camadas baixas abrigavam os descendentes da imigração africana, mais do que as outras classes econômicas, estatisticamente concebidas.

Ora, o chamado preconceito racial corresponde a uma atitude de uma coletividade em face de outra, somente implicando o indivíduo na medida em que este incorpore o sentido geral que toma de empréstimo às características de seu grupo, ora discernidas ou discriminadas.

Em vez do enfoque ideológico, no entanto, a proposta de Pierson ao definir empiricamente uma dada situação racial permite a inclusão de políticas públicas que busquem, ainda que episodicamente, contornar, compensar, e se muito, solucionar as claras desvantagens de grandes contingentes do povo brasileiro em relação a suas elites educadas.

A situação racial define-se pelo grau de discriminação do outro no tecido necessariamente uniforme da cidadania. Na antiguidade como hoje, a cidadania representa um eu coletivo, que nas democracias modernas não se resumem as camadas das elites. Não se concebem cidadanias, no plural, no interior de uma nação, a cada nação correspondendo uma única cidadania como uma expressão de coesão social.

Uma situação racial se distingue quando há uma quebra da coesão social, ali onde as identidades particulares e as diferenças de origem qualificam ou excluem direitos de voto, opinião e acesso à mobilidade social ou à participação.

A situação racial entre pretos, mulatos e brancos no Brasil coincide com o grau de exclusão dos afro-descendentes nas prerrogativas universais atribuídas a toda a cidadania.

### Referências Bibliográficas:

BASTIDE, Roger. *Dans Les Anériques Noves: Afrique ou Europe?*. Annales, n. 4, Extrait, 1948.

CAMPOS, Décio. *Tipos de Povoamento de São Paulo*. RAM, vol. LTV, 1939.

ELLIS, Alfredo Jr. *Populações Paulistas*. São Paulo, Nacional, 1934.

\_\_\_\_\_. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*. São Paulo, Nacional, 1936.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Record, 1996.

FRAZIER, Franklin. *The Negro Family in Bahia, Brazil*. reprinted from American Sociological Review, vol.VTT, n.4, August, 1942. Some Aspects of Race Relations in Brazil, reprinted from PHYLON, The Atlanta University Review of Race and Culture, Third Quarter, 1942.

- HERSKOVITS, Melville J. *Drums and Drummers in Afro-Brazilian Cult Life*. The Musical Quarterly, vol. XXX, nº 4, 1944, pp. 477-492. IBID, "The negro in Bahia. A problem in Method", American Sociological Review. Vol, VIII, 1943a, nº 4, pp. 394-402., "Pesquisas Etnológicas na Bahia", Secretaria da Educação, Salvador, 1943b.
- HERSKOVITZ, Melville J. *Franz Boas: The Science of Man in The Making*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- IANNI, Octavio. *A Ideologia Racial do Negro e do Mulato*. Florianópolis, Sociologia, Vol.XX, n. 3, 1958.
- LOWRIE, Samuel Harmon. *O elemento negro na População de São Paulo*. Revista do Arquivo Municipal, vol. 48, junho, São Paulo, 1938.
- \_\_\_\_\_. *Origem da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais*. Revista do Arquivo Municipal, Vol. XLIII, São Paulo, 1937.
- MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia*. London e New York, Harvest: 1936.
- MILLIET, Sérgio C.S. *O Roteiro do Café*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- PIERSON, Donald. *A ascensão social do mulato brasileiro*. 1942c.
- \_\_\_\_\_. *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942a.
- \_\_\_\_\_. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo, Nacional, 1942b.
- PÁDUA, Ciro T. de. *O Negro em São Paulo*. Separata da Revista do Arquivo: LXXVIT, 1941.
- RICARDO, Cassiano. *O negro do bandeirantismo paulista*. RAM, LVII, 1938
- REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph; HERSKOVITS, Melville J.. *Memorandum for the Study of Acculturation*. American Journal of Sociology, Vo,1XLI, n.3, novembro,1935.
- RAMOS, Guerreiro A. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957.
- WILLEMS, Emilio. *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

### Nanci Valadares de Carvalho

Possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1967), mestrado em Ciências Sociais - University of Chicago (1973) e doutorado em Politics (Áreas: Teoria Política e Relações Internacionais)- New York University (1981). Pós-doutorado em Relações Internacionais pela USP (1990-1992), na New York University, (1989-1990) na Universidade de Koln (1994), na Universidade de Indiana (2007). Atualmente é Professora Anistiada da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ onde se vincula ao Grupo de Trabalho Escravo Contemporâneo, parte do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Criou e Coordenou Pós-Graduação em Política Internacional, sendo pesquisadora na área de Sociologia, com ênfase em Terceiro Setor, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, terceiro setor, rio-92, desenvolvimento sustentável e sistema internacional.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar desse texto foi apresentada durante o CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE ESCRAVIDÃO – USP/1988. A Sociologia Brasileira na Escola Livre foi antes tratada pela autora em Leituras Sociológicas, SP, Ed. Vértice, 1988.

<sup>2</sup> IBID, "Um Sistema de Referência para o Estudo dos Contatos Raciais e Culturais", Sociologia., Vol. III, nº 1, p.1.

, "Preconceito racial; segundo o estudo de situações raciais", Sociologia. Vol. XIII, nº 4, pp.305-324.

, "O Negro na Bahia", Sociologia. Vol. III, nº 4, pp.282-294.

, "Os africanos na Baía", Revista do Arquivo Municipal: RAM. LXXVIII, p.39.

, "A ascensão social do mulato brasileiro", RAM. LXXXVII, p. 107.

, "O casamento inter-racial na Baía", RAM, XCI, p.39.

, "A composição étnica das classes da sociedade baiana", RAM. LXXVI, p. 143.

<sup>3</sup> Ver também o arrazoado para a atração entre as "raças" em Interpretação do Brasil. (Rio de Janeiro, 1947), do mesmo autor.

<sup>4</sup> Para um estudo localizado destes conceitos ver: Willems, Emilio, Assimilação e Populações Marginais no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. e Baldus, Herbert, Dicionário de Etnologia e Sociologia, São Paulo, 1939. Pierson, Donald, resenha de Assimilação e populações marginais no Brasil, op.cit. RAM , 1942, separata.

<sup>5</sup> Devemos ao Dr. Octavio da Costa Eduardo, aluno de Herskovtiz na Northwester University, alguns esclarecimentos sobre o tema, embora a interpretação acima seja de nossa inteira responsabilidade.

<sup>6</sup> O relatório UNESCO-ANHEMBI serviu como uma série para publicação na revista Anhembi, iniciando-se por: Anhembi, vol.-X p.433; vol.XI pgs. 14, 243 e 434; vol XII, p.39 referente ao relatório. Depois iniciaram à publicação das pesquisas principais em que o relatório havia-se baseado foram estas: de Virgínia Leone Bicudo sobre atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a. cor dos seus colegas, Anhembi, vol. XII, pp.234,422, vol.XIII, pp.20,221. Aniela Meyer Ginsberg sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor, Anhembi, vol. X III, pp.443 a 464. E finalmente, Oracy Nogueira sobre as relações raciais em Itapetininga, a começar em Anhembi, vol XIV. pp.279-299; vol,XV, pp.243-269 e pp.489-495; vol. XVI, pp.50-65;vol.XVII, pp.247-273;vol.X VIII, pp.303-323; vol.XX, pp. 3, pp.474-499; vol. XXI,, pp.83-93.

<sup>7</sup> Ver: Ramos, Guerreiro A., Introdução Crítica a Sociologia Brasileira, os capítulos sobre "O problema do negro na sociologia brasileira" pp. 123-159 e o "Documento de uma sociologia militante", "A Patologia Social do "branco" brasileiro", pp. 171-193, Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

<sup>8</sup> Para um guia completo do material publicado até 1940, ver: Pierson, Donald, Racial and Cultural Contacts in Brazil: Present State of Research in this field, Reprinted from: Handbook of Latin American Studies, nº 6, 1940. Harvard University Press, Cambridge - Massachusetts, 1941. Ver também: Ramos, Guerreiro, Alberto e Garcia, Evaldo da Silva, Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949) (Com especial referência a migrações, contatos correlatos), Conselho de Imigração e Colonização (Presidência), 1949.

<sup>9</sup> Ver também para a noção que implica num aumento anormal da auto-consciência: Stonequist, Everett V., The Marginal Man, New York, 1935.

<sup>10</sup> Notícia de pesquisa acerca da ideologia do homem de cor. -Nogueira, Oracy, "Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de São Paulo em Relação aos Empregados de Cor", Sociologia., Vol. IV, n.4, pp.328-358. (Pesquisa metodologicamente inovadora. Aponta as limitações do método estatístico e propõe o formulário em vez do questionário. Favorece a maior participação do pesquisador) -Leone, Virginia Bicudo, "Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo", Sociologia, Vol. IX, n.3, 1947. Trabalho em que se ressalta o tema sob o enfoque psico-social. Identifica a simbolização das atitudes que refletem a inferioridade social. -Ver também sobre o mesmo tema, inclusive com uma apresentação do trabalho de seus alunos, Oracy Nogueira e Virginia Leone Bicudo: Willems, Emilio, "Race Attitudes in Brazil", reprinted from The American Journal of Sociology, vol. LIV, n.5, March, 1949.

<sup>11</sup> Muitas são as técnicas utilizadas para ascensão social do elemento de cor, especialmente do mulato, que antes do negro, engrossou as fileiras dos homens livres, desde as ordens régias de 1773 e 1774. Ver: Pierson, D., "A ascensão Social do Mulato Brasileiro", op.cit. Ianni, O., "A ideologia racial do negro e do mulato em Florianópolis", op.cit.

<sup>12</sup> Edson Carneiro, juntamente com Aydano Couto, organizou o Congresso Afro-Brasileiro em 1937, na Bahia o primeiro fora organizado em Recife em 1934, por Gilberto Freyre. Desde o 2º Congresso, Edson Carneiro passou a ser visto como identificado com a corrente que mecanicamente englobava o preconceito de raça, no preconceito de cor. Ver: Carneiro, Edson, Religiões Negras (Rio de Janeiro, 1936). IBID, O Quilombo dos Palmares, 1630 – 1650, São Paulo: Brasiliense, 1947.